

15

Ago/23

Itaú PrivateBank

Itaú

Tempo de leitura
5 min



The Weekly Globe

Nova moeda, velha
moeda e as mudanças
no sistema financeiro
mundial



Por
Eduardo Coccaro, Strategy Analyst
eduardo.coccaro@itau-unibanco.com.br



Resumo

Uma novidade anunciada pelo Banco Central recentemente despertou a atenção do mercado: o lançamento da nova moeda digital brasileira, o Drex. Em paralelo, uma das formas de pagamento mais antigas da humanidade, o ouro, vem ganhando popularidade ao redor do mundo. Neste artigo, explicamos esses processos, que parecem tão contraditórios, e analisamos o que podemos esperar do sistema financeiro internacional à frente.

Na segunda-feira passada, 7 de agosto, o Banco Central apresentou o Drex, a nova moeda digital do Brasil. O projeto, que ainda está em seus primórdios, deve ser disponibilizado para um público mais amplo, de forma experimental, no final do ano que vem ou no início de 2025. Por enquanto, o protótipo da moeda digital está em fase de testes junto a bancos e outras instituições financeiras.

É importante frisar que o Drex não é uma criptomoeda. Apesar de usar a tecnologia blockchain, que permite aos usuários acessarem o histórico completo de operações anteriores e utilizarem um banco de dados que facilita transferências com maior rapidez e transparência, a gestão será centralizada. O Banco Central será responsável pela sua regulamentação e controle, mantendo uma taxa de paridade um a um entre o Drex e o Real, em contraste com o ethos de descentralização que caracteriza o ecossistema das criptomoedas.

De acordo com o que tem sido divulgado até o momento, o investidor pessoa física terá acesso ao Real digital em carteiras em bancos, corretoras e outras plataformas de investimento, podendo realizar transações de maneira pré-programada por meio de contratos inteligentes. Nestes casos, mecanismos automatizados possibilitariam transações instantâneas, trazendo o potencial de redução de custos com burocracias e intermediários.

O Brasil não está sozinho no processo de digitalização monetária. Com a divulgação do Drex, junta-se a mais de 100 países que estão em diferentes fases de desenvolvimento de moedas digitais, ou CBDCs (do inglês, moedas digitais desenvolvidas por bancos centrais).

Em meio à onda de novas moedas digitais, um outro processo se desenrola: o ouro, uma das formas de pagamento mais antigas, vem ganhando popularidade. Liderados por países como China e Turquia, os bancos centrais ao redor do mundo compraram 1.136 toneladas de ouro em 2022, versus 450 toneladas em 2021. Ano passado foi o 13º consecutivo em que bancos centrais compraram mais ouro do que venderam, marcando o maior nível de demanda anual desde 1950. Só na primeira metade deste ano, BCs ao redor do mundo adicionaram 387 toneladas de ouro às suas reservas.



O que poderia ajudar explicar estes processos que, de cara, parecem contraditórios?

Se, por um lado, um número crescente de países busca maior eficiência em pagamentos ao desenvolver novos protocolos digitais, por outro, alguns exploram maneiras de reduzir o potencial impacto de sanções e outras barreiras ao seu comércio externo. Afinal, moedas digitais detêm a promessa de permitir que diferentes países conduzam relações comerciais sem depender da intermediação de órgãos internacionais (como o SWIFT, sistema de pagamentos interbancário). Além disso, devem reduzir a necessidade de converter moedas de países terceiros em dólares para efetivar pagamentos.

O ouro oferece vantagens similares, atuando como uma reserva de valor aceita internacionalmente. Portanto, quando olhamos para os bancos centrais que mais compraram ouro para suas reservas nas últimas duas décadas, não é de se surpreender que os três maiores compradores sejam de países cujos governos, oficiais ou corporações tenham sido expostos a sanções de países ocidentais:

Banco central (país)	Milhões de onças de ouro compradas	Percentual de todas as transações efetivadas
Rússia	60,7	28%
China	49,9	23%
Turquia	17,4	8%
Índia	12,7	6%
Cazaquistão	11,1	5%
Uzbequistão	10,0	5%
Arábia Saudita	5,8	3%
Tailândia	5,4	2%
Polônia	4,1	2%
México	3,7	2%

Fonte: FMI. Dados referentes ao período 1999-2021.

Em um processo similar à criação de moedas digitais e ao acúmulo de reservas metálicas, alguns bancos centrais têm promovido linhas de swap bilaterais (resumidamente, acordos para garantir liquidez nas trocas de câmbio) para facilitar o uso de suas moedas em operações internacionais, reduzindo a necessidade de conversão para o dólar. O Banco Popular da China tem se destacado nestas iniciativas, promovendo linhas de câmbio com bancos centrais de parceiros comerciais a fim de fomentar a internacionalização do renminbi chinês. Conforme podemos observar na página a seguir, em pouco mais de uma década, estes acordos deixaram de ser limitados a alguns poucos países para englobar territórios em cada continente.

Evolução das linhas de swaps cambiais do Banco Popular da China

A world map illustrating the distribution of countries. China is highlighted in dark blue. Other countries are colored light blue, while non-member countries are shown in grey. The map includes labels for major regions and countries, such as North America, South America, Europe, Africa, Asia, and Australia.

Fonte: FMI

Quando analisamos estes diferentes processos em conjunto, vemos movimentos paralelos em direção a um sistema financeiro internacional mais descentralizado, com atores soberanos buscando diferentes graus de flexibilidade. É cedo para julgar a probabilidade de sucesso destas iniciativas. O que podemos dizer, no momento, é que este processo deve continuar a ser um resultado das tensões geopolíticas crescentes.

Agora, voltando ao nosso Real digital, uma das questões é: há alguma implicação de que este seria o intuito por trás do Drex? Como mencionamos, o projeto ainda está em fase inicial, e devemos receber mais informações no futuro acerca das eventuais aplicações da moeda digital. Mesmo assim, é possível vislumbrar, em um período não muito distante, o uso do Drex ou algum outro mecanismo parecido para facilitar o comércio exterior brasileiro.

Nossas conclusões

- Na semana passada, o Banco Central divulgou seus planos para disponibilizar o Drex, o Real digital, até o final de 2024 ou início de 2025.
- A nova moeda, que terá uma paridade de um a um com o Real, tem o potencial de aumentar a eficiência do sistema de pagamentos brasileiro ao reduzir custos e a necessidade de intermediários.
- O Brasil se junta a mais de 100 países que estudam introduzir ou já têm introduzido moedas digitais em suas economias.
- Ao mesmo tempo, bancos centrais ao redor do mundo aumentaram suas compras de ouro no ano passado e continuam em forte ritmo na primeira metade de 2023.
- A demanda por ouro e a criação de novas moedas digitais refletem uma resposta de alguns países às possíveis sanções e outras barreiras ao comércio exterior.
- Ainda é cedo para comentar sobre os potenciais usos do Drex, mas não podemos descartar seu eventual uso no comércio internacional.

Leia
também



02
Ago/23

Por que os títulos do Tesouro dos EUA não estão se comportando como ativos seguros?

 [acessar relatório](#)



09
Ago/23

Como pensar sobre yields de bonds e riscos de crédito em uma carteira de renda fixa

 [acessar relatório](#)

Este e muitos outros conteúdos
you find in one place

ACESSE O PRIVATE INSIGHTS

ITAUPRIVATEBANK.COM

O que achou deste conteúdo?



Informações relevantes



The
Weekly
Globe

Este material foi preparado pelo Banco Itaú International e disponibilizado pelo Itaú Unibanco S.A. ("Itaú Unibanco"). Este documento contém informações obtidas de fontes consideradas confiáveis pelo Banco Itaú International e reproduzidas no todo ou em parte e na forma original ou modificada. Ele está sendo fornecido apenas para fins informativos e não pretende ser uma recomendação ou oferta para um produto, serviço ou opinião legal.

Este relatório não deve ser considerado um relatório de análise para os fins da regulamentação que dispõe sobre a atividade de analista de valores mobiliários.

Este relatório tem como objetivo único fornecer informações macroeconômicas e não constitui e nem deve ser interpretado como sendo uma oferta de compra e/ou venda ou como uma solicitação de uma oferta de compra e/ou venda de qualquer instrumento financeiro, ou de participação em uma determinada estratégia de negócios em qualquer jurisdição.

As opiniões expressas neste relatório refletem única e exclusivamente as visões e opiniões pessoais do analista responsável pelo conteúdo deste material na data de sua divulgação e foram produzidas de forma independente e autônoma, inclusive em relação ao Itaú Unibanco, à Itaú Corretora de Valores S.A. e demais empresas do grupo econômico do Itaú Unibanco.

O Banco Itaú International e o Itaú Unibanco não garantem a precisão das informações contidas neste material e não são responsáveis por quaisquer danos diretos ou indiretos que possam resultar do uso deste material e de seu conteúdo. Este documento e qualquer informação relacionada a ele são fornecidos com a condição de que sejam estritamente confidenciais e que nenhuma responsabilidade ou obrigação relacionada a ele se vincule ao Banco Itaú International, ao Itaú Unibanco ou a qualquer de seus executivos, funcionários ou agentes.

O Banco Itaú International e o Itaú Unibanco não garantem que essas informações sejam atuais e não tem obrigação de atualizá-las no futuro.

O Banco Itaú International e o Itaú Unibanco se reservam o direito de alterar ou excluir qualquer parte das informações aqui contidas sem aviso prévio.

Este documento não leva em consideração objetivos individuais de investimento, condição financeira ou necessidades dos investidores. As informações contidas no documento não devem, em circunstância alguma, por si só, constituir fundamento para qualquer decisão de investimento. Além disso, não exclui nem substitui a análise que deve ser realizada por qualquer investidor antes de tomar uma decisão de investimento. Nem as informações nem as opiniões aqui expressas constituem uma oferta ou convite para comprar ou vender quaisquer valores mobiliários ou produtos de investimento.

Os investidores devem procurar consultoria financeira tributária jurídica e/ou contábil independente, conforme o caso, antes de tomar qualquer decisão de investimento com base nas informações aqui contidas. As decisões de investimento só devem ser tomadas após a compreensão dos riscos envolvidos, a análise dos objetivos pessoais e a leitura cuidadosa do material de vendas e outros documentos relacionados ao investimento desejado.

As contas mantidas no Banco Itaú International são regidas pelos termos e condições específicos sob a jurisdição dos Estados Unidos da América.

Este documento e qualquer informação fornecida em conexão com este documento são estritamente confidenciais e não podem ser reproduzidos ou redistribuídos a terceiros sem o consentimento expresso por escrito do Banco Itaú International ou do Itaú Unibanco.